

MONTARGIL, Filipe - "*Carneiro, Francisco Sá*".  
In REIS, António; REZOLA, Maria Inácia;  
SANTOS, Paula Borges (Coords.) - Dicionário  
de história de Portugal: o 25 de Abril. (vol. 2).  
Porto: Figueirinhas, 2017. ISBN 9789726612230.  
pp. 96-108

CARNEIRO

**Carneiro, Francisco MANUEL LUMBRALES DE Sá** (Porto, 1934 – Camarate, 4-12-1980). Advogado, deputado, fundador do PPD, ministro e primeiro-ministro. Filho de José Gualberto Chaves Marques de Sá Carneiro, advogado, e Maria Francisca Judite Pinto da Costa Leite, natural de Salamanca, filha do 2.º conde de Lumbrals. Faz o curso secundário no Liceu D. Manuel II (atualmente Escola Secundária Rodrigues de Freitas), no Porto. A sua educação é profundamente católica, e chega a pairar, na família, a possibilidade de seguir a vocação sacerdotal. Sá Carneiro encontra-se, contudo, determinado a seguir Direito. Conclui a licenciatura na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em 1956. Faz parte da primeira geração da família a realizar, por decisão do pai, o curso superior em Lisboa – tanto o pai como o avô estudaram na Universidade de Coimbra. Depois de concluído o curso, exerce advocacia no Porto, com escritório na Rua da Picaria. Apesar de crescer numa família com intervenção política (o pai, a par de uma intensa e destacada atividade como advogado, é deputado na Assembleia Nacional entre 1938 e 1957; a mãe é vereadora da Câmara Municipal do Porto por um período de sete anos; e João Pinto da Costa Leite, tio materno, assume funções governativas com Salazar por mais de duas décadas), Sá Carneiro mantém-se afastado da vida política até tarde. Dedicar-se a tempo inteiro à advocacia durante mais de doze anos, antes de iniciar o seu percurso político. Esta distância não significa, contudo, uma ausência de convicções ou de intervenção cívica. Sá Carneiro revela, desde cedo, um impulso irresistível para a concretização prática do seu sentido de justiça. Aluno da Faculdade de

CARNEIRO

Direito, por exemplo, Sá Carneiro assiste à denúncia pública de um colega, Vasco Vieira de Almeida, como um perigoso elemento subversivo, através de um manifesto anónimo. Vasco Vieira de Almeida, ligado ao MUD, organiza uma lista para as eleições da associação de estudantes e é alvo, através deste manifesto, de um ataque, provavelmente com origem na extrema-direita. Apesar de não o conhecer bem e de não concordar com as suas ideias políticas, Francisco Sá Carneiro aborda o colega, dois anos mais velho, manifesta-lhe a sua solidariedade e condena a forma como este foi atacado. Pouco depois, circula na faculdade um documento, assinado por Sá Carneiro, em que assume publicamente esta posição (Pinheiro, 2010, p. 70-71). Vasco Vieira de Almeida virá mais tarde, curiosamente, a acompanhar de perto Sá Carneiro e o processo de constituição do PPD. Esta precipitação para a ação, seguindo a sua noção de justiça, é essencial para a compreensão do percurso de Sá Carneiro. Em 1957 casa com Isabel Maria Ferreira Nunes de Matos Sá Carneiro, com quem tem 5 filhos. Participa ativamente na vida católica do Porto e cria, com Isabel, pouco depois do casamento, uma equipa dos Casais de Nossa Senhora. Em 1966 envolve-se na criação e na atividade da cooperativa *Confronto*, de inspiração católica, influenciada pelo ambiente suscitado pela Carta Encíclica *Pacem in Terris*, de João XXIII. Em 1969 defende ativamente o regresso a Portugal do bispo do Porto, D. António Ferreira Gomes. Envia uma carta pessoal a Marcelo Caetano, presidente do Conselho, em que defende esta posição. Se, por um lado, este envolvimento decorre da proximidade aos meios católicos, por outro também significa uma aproximação aos movimentos católicos progressistas, de que D. António Ferreira Gomes se tornará um símbolo. Ainda em 1969, é convidado a integrar as listas da União Nacional, no

âmbito da abertura que Marcelo Caetano procura imprimir ao Estado Novo. Oriundo de uma família conservadora, católica, mas tendo-se simultaneamente empenhado na atividade da cooperativa *Confronto*, bem como no regresso de D. António Ferreira Gomes, Sá Carneiro parece reunir um perfil adequado à intenção de abrir gradualmente o regime, a partir do seu interior. Desconfiado sobre as verdadeiras possibilidades de abertura que esta oportunidade representa, Francisco Sá Carneiro escreve, com Joaquim Pinto Machado, Joaquim Macedo e José da Silva, também candidatos pelo Porto, um comunicado. Assumem, com o texto, uma demarcação face ao regime e consideram que, para atingir as necessárias transformações políticas, sociais e económicas, há que assegurar o exercício efetivo dos direitos e liberdades fundamentais. O documento é entregue à União Nacional a 22 de setembro (Pinheiro, 2010, p. 181), e os signatários apresentam a José Guilherme Melo e Castro, presidente da sua Comissão Executiva e responsável pela elaboração das listas, a condição de o texto ser divulgado publicamente. A sua publicação na imprensa é realizada quase uma semana depois, a 28 de setembro, quando as listas de candidatos já são conhecidas. Marcelo Caetano toma conhecimento do comunicado através dos jornais. Apesar de reagir de forma rápida e violenta, a lista de candidatos acaba por não ser alterada. Pode ser colocada a possibilidade de, caso Marcelo Caetano tivesse tomado antecipadamente conhecimento do comunicado, se registar um desfecho diferente deste episódio – levando, por exemplo, a que Sá Carneiro não chegasse a ser deputado à Assembleia Nacional. Este é um exemplo de uma pequena decisão com consequências que alteram, eventualmente de forma decisiva, o curso dos acontecimentos. Mais tarde, em carta dirigida a Balsemão, Marcelo Caetano

refere-se à inclusão de Sá Carneiro nas listas como um equívoco (*idem*: 182-183). Na Assembleia Nacional, com os lugares organizados por ordem alfabética, senta-se ao lado de Francisco José Pereira Pinto Balsemão, de quem se torna amigo e que virá a ser outro dos fundadores do PPD. Aproximados, para além da convicção da necessidade de uma reforma a partir de dentro, um perfil com algumas coincidências. Sá Carneiro assumira a direção da *Revista dos Tribunais*, comprada pelo pai, pouco depois da conclusão da sua licenciatura. Balsemão fora chefe de redação, aos 24 anos, da revista *Mais Alto*, e envolvera-se na comunicação social e no jornalismo, onde a família é proprietária de vários títulos. A liberdade de imprensa é, desta forma, uma das áreas em que os dois novos deputados são particularmente conhecedores e sensíveis, e em que se virão a destacar, com as suas intervenções e propostas. Contudo, para além da amizade e da partilha de pontos de vista, existem também diferenças significativas. Balsemão, cosmopolita, filho de uma família burguesa de Lisboa, tem uma experiência de vida diversificada e um feitio natural para procurar compromissos. Sá Carneiro, proveniente de um Porto granítico e reservado atrás de portas, é um projétil à procura do seu mundo, do liberalismo social e político. Mas carrega, também, a sombra do peso trágico da mistura de um percurso feito a pulso, do lado da família do pai, com a origem nobre, do lado da mãe. E um temperamento anguloso, mais propenso à rutura e ao confronto do que ao compromisso ou à acomodação. Na Assembleia Nacional, a precipitação de Sá Carneiro para a concretização prática da sua noção de justiça leva-o a assumir posições que inevitavelmente o colocam em destaque. Na sua primeira intervenção, a 11 de dezembro de 1969, denuncia o extenso período legal de prisão sem culpa formada, bem como a

sistemática violação do direito do arguido preso a ser interrogado na presença do seu defensor, considerando que “[...] o primeiro passo a dar para resolução do assunto, sem prejuízo de a ele voltar, se necessário, é o de chamar a atenção do Governo para a necessidade de pôr rapidamente termo a uma prática ilegal, que afeta gravemente os direitos das pessoas e o prestígio da autoridade” (Carneiro, 1981, p. 272). Denunciar práticas de instituições do Estado, considerando-as abusivas e ilegais, é, provavelmente, sobretudo para o contexto da época, uma estreia parlamentar pouco convencional. A 14 de janeiro de 1971 realiza uma intervenção sobre o tema do divórcio – que já abordara anteriormente, em 1966, através de um colóquio organizado pela cooperativa *Confronto* e da publicação de um texto na *Revista dos Tribunais*. Existe em Portugal, neste período, a possibilidade de divórcio para os cidadãos que celebraram casamento civil. Esta mesma possibilidade é vedada aos cidadãos com casamento católico, devido a uma disposição da Concordata, transposta e regulamentada no Código Civil. Perante esta dualidade de situações, que Sá Carneiro denuncia e que considera uma desigualdade chocante, preconiza a revisão da Concordata entre Portugal e a Santa Sé. Uma primeira hipótese de leitura desta intervenção consiste na reação à desigualdade de direitos: perante esta situação, Sá Carneiro intervém e apela ao Governo que proceda à sua resolução, repondo a igualdade. Existe, contudo, um outro nível de leitura. O curso da história não torna provável, neste contexto, o retrocesso do direito de divórcio civil. Por isso, o sentido da iniciativa proposta por Sá Carneiro corresponde, como o próprio reconhece, em resposta a inquérito do *Jornal de Notícias* (*idem*: 361), à consagração do direito de divórcio aos cidadãos casados religiosamente. A tomada de iniciativa e a po-

sição de Sá Carneiro implicam uma sobreposição da dimensão de cidadania, das liberdades civis e da igualdade de direitos à dimensão de conservadorismo religioso. Muito antes de se separar de Isabel Sá Carneiro, e de surgir na sua vida Snu Abecassis, Francisco Sá Carneiro já se encontra num caminho de afastamento do conservadorismo do seu meio de origem. A visibilidade das suas intervenções e o seu prestígio ultrapassam as fronteiras do parlamento, levando por exemplo a que receba, na Assembleia Nacional, cartas e mensagens de agradecimento pela sua atividade, por parte de presos políticos e de seus familiares, inclusivamente de militantes do Partido Comunista (Carneiro, 1982, p. 374 e ss.). Desgastado e desiludido com a resistência à mudança que encontra na Assembleia Nacional (incluindo-se, nas suas iniciativas, uma tentativa de participação na revisão constitucional, em 1971, e uma proposta de amnistia de crimes políticos), descrente da possibilidade de uma mudança a partir do interior do regime, apresenta o seu pedido de renúncia, em fevereiro de 1973. Regressa à advocacia, no Porto. Regressa, contudo, com um enorme capital de luta política, que o torna num símbolo. Colabora com Balsemão, no *Expresso*, desde o seu início, através da rubrica *Visto*. Joga com o sentido da expressão que dá nome à rubrica: “Porque a ideia é a de, em cada semana, procurar comunicar o que da política nacional se vê. Porque este ‘visto’ a um outro está sujeito que o pode impedir de atingir esse fim. Com esse e outros riscos aparece um novo semanário e nele esta coluna”, como escreve no início do *Visto* publicado no primeiro número do *Expresso*, a 6 de janeiro de 1973. A ideia de constituição de uma entidade com participação política ativa e com uma matriz idêntica à que virá a estar na base do PPD surge ainda durante o Estado Novo. Sá Carneiro solicita a Rui Vilar, di-

retor da SEDES, e a Marcelo Rebelo de Sousa, no final de 1973, a elaboração de um projeto de estatutos para constituir uma associação política que pudesse, a breve trecho, ser convertida em partido político (Sousa, 2000, p. 18). Esta iniciativa não virá, contudo, a ter seguimento. No início de 1974, na sequência dos cortes sistemáticos da censura nos seus textos para o *Expresso*, decide terminar a sua colaboração, publicando o último texto original a 26 de janeiro. Os acontecimentos de 25 de abril apanham Sá Carneiro de surpresa. Encontra-se em casa quando recebe a notícia, através de uma chamada de Manuel Macedo Pinto, na manhã do dia 25. Decide passar a manhã no escritório e à tarde regressa a casa. Passa a tarde e a noite de 25 com Artur Santos Silva filho, um amigo que mora próximo e com quem acompanha o desenrolar dos acontecimentos. Surpreendido e entusiasmado com o movimento militar, inicia de imediato contactos com Lisboa, sobretudo com o *Expresso*, onde estão Balsemão e Rebelo de Sousa. Decide vir a Lisboa a 26, regressando de imediato ao Porto. A 27 dá uma entrevista à RTP, em sua casa, em que se congratula com o 25 de Abril e, evocando a sua intervenção política no passado próximo, refere a possibilidade de criação de um partido político. A 28 regressa a Lisboa, sendo recebido pelo presidente da Junta de Salvação Nacional, António de Spínola, com quem troca impressões sobre a situação política nacional. À saída, menciona aos jornalistas a necessidade da criação de um partido do centro. Depois de considerar a possibilidade de criação do novo partido a partir da SEDES, toma a decisão, com os restantes fundadores do PPD, de criar uma estrutura nova, a partir do zero. O anúncio público da constituição do novo partido é realizado a 6 de maio, através de um comunicado lido no Telejornal da RTP, em que surge como um dos três

promotores, juntamente com Francisco Balsemão e Joaquim Magalhães Mota. Sá Carneiro prepara um primeiro esboço de linhas programáticas para o partido, mas confia a António Barbosa de Melo, Carlos Mota Pinto e Jorge Figueiredo Dias, de Coimbra, a 8 de maio, a missão de continuar a elaboração de uma proposta de programa. Os tempos são de mudança acelerada, com grande incerteza e volatilidade, e a sua prioridade centra-se, para já, na tentativa de ligação de um PPD recém-criado ao Governo Provisório, num processo de transição para o novo regime. Acresce, a este cenário, o facto de o PPD se encontrar ainda numa fase muito inicial da sua formação. Esta situação contrasta com a do PCP, do MDP/CDE e do PS, que têm uma organização já presente no terreno. Esta diferença constitui uma limitação e uma ameaça relevante, para o PPD, e uma preocupação para Sá Carneiro. A participação de dois elementos do PPD (Sá Carneiro e Magalhães Mota) no I Governo Provisório, liderado por Adelino da Palma Carlos (seu antigo professor), ainda em maio, é, por este motivo, uma importante vitória. Sá Carneiro é ministro sem pasta (à semelhança de Álvaro Cunhal e de Francisco Pereira de Moura) e Magalhães Mota é ministro da Administração Interna. Sá Carneiro é, adicionalmente, convidado por Palma Carlos para assumir as funções de ministro adjunto do primeiro-ministro, estabelecendo, deste modo, uma relação próxima com Palma Carlos, junto de quem tem influência e de quem é, na prática, o braço direito. No âmbito da atividade do partido, Sá Carneiro surge publicamente neste período como líder, assumindo as funções de presidente da Comissão Política Provisória e, também, de secretário-geral provisório. Existe, contudo, uma divisão de áreas de intervenção, no funcionamento regular do partido, em que Sá Carneiro e Magalhães

Mota se concentram na esfera governativa, enquanto Balsemão e Marcelo Rebelo de Sousa são essenciais no domínio da comunicação social e Sá Borges lidera um grupo que trabalha a implantação do partido no terreno. No Governo, Sá Carneiro prepara com Palma Carlos um conjunto de propostas de alteração da legislação constitucional transitória em vigor que pretende, essencialmente, acentuar a componente democrática e civil da governação e das instituições políticas. Estas propostas são entendidas, sobretudo pelo MFA, como uma tentativa de golpe, acabando por ser chumbadas e levando à queda do I Governo Provisório, com a demissão de Palma Carlos, de Sá Carneiro, Magalhães Mota e Firmino Miguel (ministro da Defesa). Sá Carneiro regressa à realidade partidária, em julho. Dá-se conta, neste processo, de que o partido evoluíra, não só em termos de implantação, mas também da expansão do poder do grupo liderado por Sá Borges, em prejuízo da sua própria influência. Sá Carneiro não é ainda o líder indiscutível e apercebe-se de que o partido lhe escapa. Não é alheio a esta situação o apoio que reservara a Palma Carlos, que conduz a algum desgaste interno, na medida em que a Comissão Política Provisória discorda da sua posição. A queda de Palma Carlos insere-se num contexto de afastamento relativamente ao MFA, e o apoio de Sá Carneiro a Palma Carlos é sentido, no partido, como acentuando o risco de isolamento político ou, pior, como uma tentativa de travar o curso da história e da revolução que se desenha. Sá Carneiro enfrenta, por este motivo, um solitário verão de 1974. Apesar de ser o líder, é sujeito a algum afastamento, não sendo convidado para iniciativas e ações do partido. Sá Carneiro não integra os governos provisórios seguintes, apesar de o PPD manter uma presença simbólica, pouco comprometida – que leva, por exemplo, à participa-

ção de Magalhães Mota no II Governo Provisório, liderado por Vasco Gonçalves e constituído com o apoio do MFA e do PCP. A ausência de Sá Carneiro é justificada oficialmente com a maior utilidade da sua presença e empenho na esfera partidária. Apreensivo sobre o sentido da evolução do processo revolucionário, Sá Carneiro cedo aposta na possibilidade de integração de Portugal na CEE. Esta é uma forma de pressionar internamente o curso dos acontecimentos no sentido da afirmação de uma democracia pluralista. Esta aposta assume maior relevância entre meados de setembro e outubro, com várias deslocações, missões e contactos internacionais. Fiel ao seu perfil, Sá Carneiro precipita-se para a ação. Para além da abertura ao exterior, esta iniciativa procura também formas de garantir uma evolução democrática em Portugal – uma espécie de apólice de seguro para a democracia. Desenvolve-se, entretanto, o processo conducente à convocação, por Spínola, da manifestação da “maioria silenciosa”, prevista para 28 de setembro de 1974. Sá Carneiro não tenciona participar na manifestação e oscila entre a demarcação e uma posição mais clara de condenação pública (Sousa, 2000, p. 221-222). No regresso de uma viagem ao Luxemburgo, a 27, é avisado por Marcelo Rebelo de Sousa, ainda no aeroporto, da agudização da situação (*idem*: 223). Dirige-se de imediato a Belém, tentando convencer Spínola a recuar e a cancelar a manifestação. Sá Carneiro considera que o espaço de Spínola para tomar uma posição de força é comprometido pela desfavorável relação de forças. Spínola, contudo, encontra-se otimista e determinado a levar por diante a iniciativa. Sá Carneiro é relativamente próximo de várias das posições de Spínola, com quem é publicamente conotado. Com a limitação do poder de Spínola, na sequência do falhanço da manifestação da

“maioria silenciosa”, Sá Carneiro encontra-se ainda mais condicionado e é visto, internamente, como responsável por uma situação de crescente isolamento do PPD. Sá Carneiro parte, desta forma, para o I Congresso do PPD, em novembro de 1974, com um espaço de manobra reduzido. Adicionalmente, o peso de Sá Borges, responsável pela expansão do partido no terreno, faz-se sentir nas listas de delegados. Sá Carneiro, temendo as possíveis consequências de um conflito aberto, acaba por negociar as listas para os órgãos nacionais com Sá Borges. Resulta, deste processo, um Sá Carneiro limitado, de várias formas, na sua capacidade de influência sobre o partido: ausente da vida partidária durante o I Governo Provisório, atingido pela crise Palma Carlos, conotado com Spínola no episódio do 28 de Setembro e, agora, obrigado a negociar com Sá Borges. Apesar de Sá Carneiro surgir formalmente como o líder destacado, eleito como secretário-geral e proferindo os discursos de abertura e de encerramento, é Sá Borges quem reforça a sua posição, sendo eleito membro da Comissão Política e assumindo uma influência muito significativa nas listas dos órgãos nacionais. Para além da diferença de personalidades, as divergências centram-se na relação com a esquerda. Sá Borges admite a possibilidade de um entendimento com o PCP, mesmo à margem do PS. Sá Carneiro, por seu lado, mostra-se intransigente na defesa da colaboração com o PCP apenas em conjunto com o PS e assume uma postura crescentemente crítica face ao MFA. É perceptível, para os mais próximos, no decurso do I Congresso, que Sá Carneiro não se encontra bem de saúde, queixando-se em privado de fortes indisposições. Recupera, durante um breve período. Num início em Aveiro, a 1 de fevereiro de 1975, perante mais de 6000 pessoas, Sá Carneiro, naquele que é o seu último discurso público até se-

tembro, ataca o PCP e o MDP/CDE, responsabilizando-os pelo afastamento do rumo democrático que impõem ao processo em curso. O sentido do seu percurso é, claramente, de rutura com o MFA, com o PCP e com o MDP/CDE. Depois deste breve período de recuperação, adoece gravemente no início de fevereiro de 1975, em plena crise intrapartidária e no quadro de uma conflitualidade crescente no sistema político português. Em março publica *Por Uma Social-Democracia Portuguesa*. São coligidos, na obra, vários discursos e entrevistas a Sá Carneiro. O livro é editado pelas Publicações Dom Quixote, uma editora recentemente criada e dirigida por Snu Abecassis – com quem Sá Carneiro acaba por não se cruzar, na altura. O seu primeiro encontro dar-se-á mais tarde, em janeiro de 1976. Sá Carneiro parte para Londres, para tratamentos médicos, a 29 de março de 1975. A 25 de abril têm lugar as eleições para a Assembleia Constituinte. Sá Carneiro desloca-se a Portugal apenas para participar no ato eleitoral, regressando imediatamente ao Reino Unido. Embora seja eleito, encabeçando a lista do PPD pelo círculo eleitoral do Porto, e de o partido alcançar um resultado eleitoral relevante, acabará por não participar nos trabalhos da Constituinte. Na sequência de uma convalescença lenta e de evolução imprevisível, Sá Carneiro solicita ao presidente da mesa do Congresso e do Conselho Nacional, Nuno Rodrigues dos Santos, a convocação do Conselho Nacional, a fim de se eleger um secretário-geral interino. Sá Carneiro considera, neste momento, a evolução da sua situação de saúde como incerta e encara, eventualmente, a perspetiva da morte (que já enfrentara anteriormente, aliás, de forma próxima). O Conselho Nacional reúne a 24 e 25 de maio, elegendo Emídio Guerreiro. Depois dos tratamentos em Londres e de um período de convalescença no sul de Es-

panha, Sá Carneiro começa a anunciar o seu regresso, em finais de agosto. Prepara-se para reconquistar o partido e o seu protagonismo político. Tal torna-se evidente na entrevista que dá ao *Jornal Novo*, a 26 de agosto, defendendo posições mais moderadas, passando de uma visão da social-democracia como via para o socialismo para uma visão da social-democracia como fim em si mesmo. Critica Emídio Guerreiro, afirmando que enveredou “[...] por um caminho diverso do que eu defendia e defendo. [...] Destaco em especial a aprovação das nacionalizações efetuadas depois de 11 de março, a participação no IV Governo Provisório e a assinatura do Pacto Constitucional com o MFA.” Segue-se, a 4 de setembro, uma outra entrevista, ao *Tempo*, com idêntico propósito de demarcação face à liderança do partido, de forma a recuperar o seu espaço no quadro político-partidário. Defende, nesta entrevista, a saída do PCP do Governo Provisório e assume o apoio aos refugiados de Angola (que Álvaro Cunhal acusa de serem contrários ao PREC). A 24 de setembro, Sá Carneiro anuncia, em conferência de imprensa, no Hotel Roma, que informara o presidente do Congresso e do Conselho Nacional do PPD de estar em condições de reassumir o cargo de secretário-geral, em reunião do Conselho Nacional. Pode dizer-se que, com o seu regresso, se, por um lado, o seu posicionamento político é mais moderado, por outro as suas posições assumem uma impetuosidade acrescida. Sá Carneiro passa, com um sentido acrescido de urgência, a poder ser considerado como radicalmente moderado. Moderado no sentido democrático, com a defesa do fim do poder político-militar, bem como na tentativa de afirmação da social-democracia, em detrimento de uma visão socialista. Radical na determinação, na forma e no tom. O partido não se entrega de forma automática a Sá Carneiro,

no seu regresso. Mais uma vez, terá de lutar para conquistar o seu espaço. Para além de Emídio Guerreiro, Sá Carneiro encara uma ampla frente que se lhe opõe e que integra, também, Mota Pinto e o grupo de Sá Borges. Na reunião do Conselho Nacional, na Estalagem Via Norte, a 27 e 28 de setembro de 1975, no Porto, Sá Carneiro é alvo de duras críticas, por parte de diversos militantes. A sua resposta é extensa e detalhada, madrugada fora, das duas às seis da manhã. Solicita a aprovação do seu regresso através de votação secreta, que vence de forma esmagadora, com 111 votos a favor, 14 contra e 4 abstenções. O II Congresso é convocado, para dezembro, e o Conselho Nacional da Via Norte torna-se num momento mítico do percurso de Sá Carneiro. Entretanto, são realizadas várias manifestações e comícios, exigindo o regresso dos militares aos quartéis. Sá Carneiro centra a sua atenção na defesa do VI Governo e do setor militar que o apoia. Procura, desta forma, também, unir o partido e ultrapassar as feridas do Conselho Nacional. Ao longo deste processo, que culmina com o 25 de Novembro, Sá Carneiro e a equipa do Secretariado Nacional (da sua confiança) entram num crescendo de atividade e de capacidade de mobilização do partido, enquanto a Comissão Política Nacional (afeta a Sá Borges) diminui progressivamente a sua influência. Cerca de duas semanas depois, a 6 e 7 de dezembro, no congresso de Aveiro (II Congresso Nacional), Sá Carneiro reafirma o apoio a uma evolução democrática e civil, bem como o apoio ao VI Governo Provisório e ao cumprimento do seu programa. Sá Carneiro exige a saída do PCP do Governo (considerando que representa um fator de instabilidade e um obstáculo ao próprio cumprimento do programa de governo) ou, em alternativa, a revisão, em certas condições, do Pacto MFA-Partidos. Esta posição, apesar de correr o

risco de transmitir internamente a ideia de cedência, para mais num contexto de anti-comunismo acentuado na sequência do 25 de Novembro, permite a Sá Carneiro ganhar algum reconhecimento e espaço de manobra junto do MFA e, igualmente relevante, esvaziar os principais argumentos da sua oposição interna, mais à esquerda. Do ponto de vista interno, Sá Carneiro defende a alteração dos estatutos no sentido de o órgão colegial executivo ser o Secretariado Nacional, eleito por lista em bloco, de modo a favorecer a homogeneidade da liderança do partido. Contudo, Sá Carneiro enfrenta neste congresso a Plataforma Social-Democrata para o Socialismo que, sem nunca questionar explicitamente a sua liderança, se apresenta como oposta às suas teses, contesta a hegemonia da liderança e pretende afirmar a proporcionalidade na eleição dos órgãos nacionais. Esta proposta é derrotada, na votação, e uma extensa lista de militantes (incluindo 21 deputados) acabará por sair do partido. Alguns militantes guardam deste episódio uma imagem de liderança personalizada, criando uma distância que, em alguns casos, é irreversível – é o caso, por exemplo, de Jorge Miranda (cf. entrevista à revista *Sábado*, a 13 de agosto de 2008). No rescaldo do congresso e da subsequente cisão no partido, Sá Carneiro, numa tentativa de pacificação, acede às principais pretensões dos condicionais, permitindo a consagração do direito estatutário de tendência (que leva à formalização do Centro de Estudos e Reflexão Social-Democrático – CERESD), procura recuperar os militantes que saíram do partido na sequência do Congresso de Aveiro, insere alguns condicionais no governo-sombra entretanto constituído e cauciona a inclusão de outros na Comissão Executiva do Conselho Nacional (Sousa, 2000, p. 1126-1127). Se, por um lado, Sá Carneiro é visto por alguns como cultivando uma visão

personalizada da liderança, é, por outro, o único líder a aceder à constituição de uma tendência formalizada, no interior do partido (Sousa, 2000, p. 1125). Sá Carneiro vive, a partir deste momento, um período de relativa acalmia interna no partido, que se prolonga pelo ano de 1976 e parte de 1977. É em janeiro de 1976 que se dá o seu primeiro encontro com Snu Abecassis. A relação entre ambos toma forma, ao longo do ano. Surgem juntos em público, pelas primeiras vezes, no verão, e o surgimento da relação leva Sá Carneiro a pedir o divórcio a Isabel, sua mulher. Esta relação, apesar de se situar no domínio da vida pessoal de Sá Carneiro, irá gerar, ainda durante o ano de 1976, alguma discussão e vários ataques a Sá Carneiro no interior do partido – que nunca os tolerará e afastará liminarmente (Avillez, 2010 [1982], p. 139 e ss.). Em fevereiro de 1976, Sá Carneiro recusa assinar o II Pacto MFA-Partidos. Como nota Avillez, o entusiasmo pelo novo pacto é nulo, não parecendo, contudo, discordar que o partido subscrisse o documento (acabando por ser representado por Magalhães Mota) (*idem*: 141). A 25 de abril de 1976 realizam-se eleições para a Assembleia da República. O PPD, ainda a recompor-se da fratura do congresso de Aveiro, obtém 24% dos votos, perdendo 170 mil eleitores e ficando a grande distância do PS (com 35%). Para Sá Carneiro, que ambiciona afirmar o PPD como um partido com vocação governativa e espera ultrapassar claramente o número de votos obtidos um ano antes, na Constituinte, estes resultados são decepcionantes. Na preparação das primeiras eleições presidenciais, realizadas em junho de 1976, Sá Carneiro considera Pires Veloso como o melhor candidato. Contudo, Ramalho Eanes decide candidatar-se. Sabendo que Pires Veloso não considera a possibilidade de se candidatar, caso Ramalho Eanes decidisse avançar, Sá Carneiro decide

apoiar Ramalho Eanes, antecipando-se inclusivamente à declaração pública de apoio do PS. Em julho, Eanes convida Mário Soares, líder do PS, o partido mais votado nas eleições legislativas, para formar governo. O novo Governo, aceite pelo Presidente da República, não integra elementos do PPD. Esta decisão constitui uma desilusão e potencia o atrito entre Sá Carneiro e o recém-eleito Presidente da República. Em outubro de 1976, nos congressos de Leiria (III e IV Congressos), a estrutura orgânica do partido (que entretanto mudou a sua designação para Partido Social Democrata) é alterada, desaparecendo a figura de secretário-geral e surgindo, em sua substituição, a de presidente – que Sá Carneiro ocupa. Consequentemente, são eleitos os vice-presidentes Rui Machete, Barbosa de Melo e Sousa Franco. Em dezembro, o PSD conquista a presidência de 115 câmaras municipais (número igual ao obtido pelo PS), nas primeiras eleições autárquicas. Esta é, depois dos resultados das eleições legislativas de 1976 e do afastamento do Governo constituído na sua sequência, uma importante vitória para Sá Carneiro e para o partido. Sá Carneiro conduz posteriormente o PSD, em coligação com o CDS e o PPM, na Aliança Democrática, a uma vitória com maioria absoluta nas eleições legislativas intercalares de 1979 e, novamente, nas eleições legislativas de 1980. Toma posse como primeiro-ministro a 3 de janeiro de 1980. Falece a 4 de dezembro do mesmo ano, penúltimo dia da campanha eleitoral para as eleições presidenciais, no desastre de Camarate, com a queda do avião onde segue para um comício de Soares Carneiro, no Porto. Seguem também no aparelho Snu Abecassis, Adelino Amaro da Costa, Manuela Amaro da Costa, António Patrício Gouveia, Jorge Albuquerque e Alfredo Sousa, não havendo sobreviventes do desastre. Apesar das investigações e das diligências

realizadas, o sistema judicial português nunca conseguiu estabelecer a causa do desastre. Em 2014, a X Comissão Parlamentar de Inquérito à Tragédia de Camarate procura ainda apurar as circunstâncias do desastre, incluindo na sua análise o consistente acervo de indícios e provas que apontam no sentido da sabotagem do aparelho (Fernandes, 2001). V. tb. BALSEMÃO, FRANCISCO JOSÉ PEREIRA PINTO; BORGES, JORGE DE CARVALHO SÁ; CARLOS, ADELINO HERMITÉRIO DA PALMA; CONCORDATA; DIREITO DA FAMÍLIA; DOMINGUES, BENTO O.P.; ELEIÇÕES PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS; EXPRESSO; GOMES, D. ANTÓNIO FERREIRA; GOVERNO CONSTITUCIONAL, I; GOVERNO PROVISÓRIO, I; GOVERNO PROVISÓRIO, II; GOVERNO PROVISÓRIO, III; GUERRA, JOÃO PEDRO MILLER; GUERREIRO, EMÍDIO; INTELLECTUAIS; MACHADO, MÁRIO JÚLIO MONTALVÃO; MINORIAS RELIGIOSAS; MIRANDA, JORGE MANUEL MOURA LOUREIRO DE; MOTA, JOAQUIM JORGE MAGALHÃES SARAIVA DA; NOGUEIRA, D. EURICO DIAS; PACTO MFA-PARTIDOS; PARTIDO POPULAR DEMOCRÁTICO (PPD); PARTIDO SOCIALISTA (PS); PINTO, CARLOS ALBERTO DA MOTA; POLÍTICA EXTERNA; POVO LIVRE; RIBEIRO, D. ANTÓNIO; SEABRA, JOSÉ AUGUSTO BAPTISTA LOPES E; SEDES – ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL; SILVA, ARTUR MORGADO FERREIRA DOS SANTOS; SIMÃO, JOSÉ VEIGA; SOARES, MÁRIO ALBERTO NOBRE; SOCIALISMO; SOUSA, MARCELO NUNO DUARTE REBELO DE; TRABALHO

[F Mo]

Referências: Mária João AVILLEZ – *Francisco Sá Carneiro. Salvação e poder*. Alfragide: Oficina do Livro, 2010 [1982] • Francisco Sá CARNEIRO – *Textos*: 1.º vol.: 1969/1973; 2.º vol.: 1973/1974. Lisboa: Editorial Progresso Social e Democracia, 1981-1982 • Ricardo Sá FERNANDES – *O Crime de Camarate*. Lisboa: Bertrand, 2001 • Intervenção de Marcelo Rebelo de Sousa na Tertúlia do Mercado, organizada pela Junta de Freguesia dos Anjos, no ciclo Biografias Apaixonadas, em que apresenta a biografia de Francisco Sá Carneiro, a 11 de julho

de 2013 • Nuno MANALVO – *Sá Carneiro. Biografia política*. Lisboa: Parceria A. M. Pereira, 2000 • Miguel PINHEIRO – *Sá Carneiro*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2010 • Cândida PINTO – *Snu e a Vida Privada com Sá Carneiro*. Alfragide: D. Quixote, 2011 • Marcelo Rebelo de SOUSA – *A Revolução e o Nascimento do PPD*, 2 vol. Lisboa: Bertrand, 2000 • Mária José STOCK – *Elites, Frações e Conflito Intra-partidário. O PPD/PSD e o processo político português de 1974 a 1985*. Universidade de Évora: dissertação de doutoramento em Sociologia (Sociologia Política), 1989.